

Soldados (in)visíveis: componentes do Exército brasileiro na colônia militar de Santa Thereza (1854-1883), província de Santa Catarina

ADELSON ANDRÉ BRÜGGEMANN*

De fato, não posso descrever com mais brevidade nem com mais rigor a impressão que, no profundo abismo, me produziu a colônia militar de Santa Thereza, na margem do sussurrante Itajaí, do que comparando toda a colônia com um grito de “quem-vem-lá”. Desde Lages, a primeira igreja, pequena e modesta; desde Lages, o primeiro ponto comparável a uma aldeia, uma colônia, um grande agrupamento humano reunido para a defesa e para o ataque [...].

Avançando, contra os bugres e onças, até ao extremo ponto da serra selvagem, ali está a igreja, com a aldeia, sentinela isolada, a qual, mesmo por estar tão isolada e abandonada, não veste traje ornamental, mas a simples blusa do pioneiro e dentro das brenhas grita corajosamente o seu “quem-vem-lá” (AVÉ-LALLEMANT, 1980: 108)

Quem eram as pessoas que, em meados do século XIX, no interior da província de Santa Catarina, gritavam “quem-vem-lá” aos tropeiros e viajantes que percorriam o caminho entre as vilas de Desterro e Lages quando estes estavam próximos da colônia militar de Santa Thereza? O médico alemão Robert Avé-Lallemant, no mês de junho de 1858, registrou, entusiasmado, sua passagem pela colônia. Mas, apesar do destaque dado a esse local, ele não registrou detalhes acerca de seus habitantes. Para responder a essa pergunta, lançarei mão de documentos produzidos pelos oficiais do Exército que trabalharam nessa colônia em meados do século XIX.

A escrita deste artigo será, portanto, um exercício de aproximação e de análise dos componentes humanos da colônia militar de Santa Thereza, instalada no interior da província de Santa Catarina, conduzido pelos documentos produzidos pelo Estado Imperial brasileiro durante a segunda metade do século XIX.

Antes de trabalhar com as principais características da colônia militar de Santa Thereza, será necessário esclarecer a função das colônias militares no Brasil no período imperial. Encontramos tais informações nos documentos do Ministério da Guerra e do Ministério do Império.

Durante todo o período colonial, a coroa portuguesa planejou a instalação de colônias militares que deveriam ser espalhadas pelo território brasileiro. Essas colônias,

* Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Bacharel e licenciado em História.

como por exemplo a colônia militar de Sacramento, instalada próximo à foz do rio da Prata, eram locais utilizados pelo Estado para despachar criminosos de áreas mais habitadas com o objetivo de povoar e defender áreas fronteiriças e interioranas (BEATTIE, 2009: 24). Na capitania de Santa Catarina, nos últimos anos do século XVIII, foram planejadas duas colônias militares que deveriam ser instaladas nas margens do caminho que ligava a Ilha de Santa Catarina à capitania de São Paulo. O principal objetivo dessas duas colônias era o de proteger a Ilha de Santa Catarina de possíveis invasões estrangeiras. Porém, nenhuma das duas colônias planejadas foram instaladas no período colonial. O projeto da colônia que deveria ser instalada em um ponto mais distante da Ilha de Santa Catarina foi concretizado em meados do século XIX e recebeu o nome de colônia militar de Santa Thereza, objeto deste artigo.

No Brasil, durante o século XIX, as colônias militares tinham por objetivo promover a povoação e cultura das matas, bem como o de policiar o interior do território. O ministro da guerra Jerônimo Francisco Coelho, em 1857, afirmava que o governo continuava solícito em dar desenvolvimento à idéia benéfica de criar colônias militares. Além disso, afirmou também que as colônias militares, em seus regimes, direção e administração, estavam sujeitas à repartição do Império. O Ministério da Guerra, portanto, era somente um órgão auxiliar, e sobre as colônias tinha uma intervenção secundária, limitada à manutenção e provimento das praças estabelecidas nesses locais (BRASIL, 1858: 46)¹.

Contudo, no relatório do Ministro de Guerra José Maria da Silva Paranhos, relativo ao ano de 1870, percebe-se a insatisfação referente às colônias militares do Império. Da forma como foram descritas, o projeto de instalação de colônias militares espalhadas pelo território brasileiro não havia alcançado as vantagens almejadas com estabelecimentos dessa ordem. Entretanto, o referido ministro admitia que as melhores guardas de divisas territoriais, instaladas em lugares longínquos e despovoados, constituíam-se por meio de colônias dessa espécie, estrategicamente estabelecidas (BRASIL, 1871: 32 e 33).

Logo após a Guerra do Paraguai, reclamava-se do estado precário em que estavam as colônias militares desde o ano de 1865. Essas colônias, de acordo com o relatório do Ministro de Guerra João José de Oliveira Junqueira, da forma como

¹ Isso mudou em 1861, quando o Ministério da Guerra passou a ser responsável por essas colônias.

estavam estabelecidas, não prestavam ao Estado os serviços que delas eram esperados. A maior parte das colônias militares foi criada isoladamente, sem comunicação entre uma e outra, ou sem um pensamento que determinasse sua importância estratégica. Para o ministro, essas colônias eram aberrações perniciosas que deturpavam os objetivos para os quais elas foram criadas (BRASIL, 1872: 59).

Vale ressaltar, portanto, que a localização das colônias militares brasileiras era criticada desde meados do século XIX. Em 1856, o Ministro do Império Luiz Pedreira do Coutto Ferraz realçou no seu relatório os motivos que impediam o crescimento dessas colônias. Conforme esse documento, isso decorria, principalmente, em face da distância que todas as colônias ficavam das capitais das províncias em que foram fundadas e da dificuldade de comunicações entre esses pontos. No entanto, no mesmo texto é reconhecido que a implantação de semelhantes colônias era de grande vantagem como meio de promover a cultura de áreas cobertas por florestas, ou como um grande elemento de que se podia lançar mão para policiá-las (BRASIL, 1857: 32). Desse modo, o exército cumpriu, de fato, a importante função de elo institucional do Estado entre o interior e o litoral brasileiro (BEATTIE, 2009: 49).

A colônia militar de Santa Thereza foi o primeiro núcleo de povoamento militar instalado no interior da província de Santa Catarina. Os documentos oriundos dessa colônia encontrados nos arquivos do Estado de Santa Catarina revelam semelhanças entre essa e as demais colônias militares instaladas no território brasileiro. Contudo, a dinâmica de vida dos soldados que foram transferidos de outros batalhões do Exército para essa colônia, acompanhados ou não de seus familiares, não foi, ainda, esclarecida pela historiografia catarinense.

A colônia militar de Santa Thereza foi criada pelo decreto n. 1.266, de 8 de novembro de 1853, e instalada na estrada entre a capital da província e a vila de Lages. O estabelecimento dessa colônia se devia, principalmente, a dois motivos. Primeiro: proteger os viajantes e os tropeiros que utilizavam o caminho entre Desterro e Lages. Segundo: cobrar impostos sobre todos os animais e mercadorias que passavam pelo caminho. A colônia teve início em janeiro de 1854 com 19 soldados, os quais saíram de Desterro no dia 7 de janeiro e chegaram no dia 14 do mesmo mês no lugar denominado Trombudo. Porém, o local do primeiro estabelecimento mostrou-se inadequado, pois nos tempos de chuva o terreno da colônia ficava alagado. Além disso, naquele local

havia poucos pedaços de terreno próprio para a lavoura. Desse modo, somente em junho de 1854 deu-se o estabelecimento da colônia, na margem do rio Itajaí, na estrada de Lages, 15 a 16 léguas de distância da vila de São José, e 18 léguas, mais ou menos, da vila de Lages (SANTA CATARINA, 1855: 10).

Essa colônia possuía regulamento próprio, aprovado pelo decreto n. 2.125, de 13 de março de 1858. Por meio desse², foi possível reconhecer os limites territoriais da colônia, quais sejam: na estrada para Lages, situava-se nas proximidades do rio Itajaí do Sul, entre o morro do Trombudo (lado oeste), no atual município de Alfredo Wagner, e Morro Chato (lado leste), no atual município de Rancho Queimado.

Nos meses de fevereiro e março de 1854 desertaram da colônia três soldados colonos (SANTA CATARINA, 1855: 10). Dos cinquenta e um militares que viviam na colônia no último mês de 1854, vinte e nove eram provenientes de Santa Catarina, sete de Pernambuco, quatro da Bahia, dois de Minas Gerais, dois de São Paulo, um do Maranhão, um do Ceará, um do Rio de Janeiro, um do Rio Grande do Sul e três da Alemanha. De todos os habitantes da colônia, oitenta pessoas eram provenientes de Santa Catarina: vinte e nove soldados, dezoito homens e trinta e três mulheres, familiares dos soldados. De Pernambuco, da Bahia, de Minas Gerais, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Maranhão e do Ceará, nenhum dos soldados possuía familiares na colônia. Quanto ao soldado vindo do Rio de Janeiro, este possuía esposa. Do Paraná havia somente uma mulher. Da Alemanha, ao todo eram nove pessoas, três soldados, dois homens e quatro mulheres. De Buenos Aires uma mulher e das Ilhas Canárias outra.

Quanto à faixa etária dos soldados naquele ano, sete soldados tinham entre 13 e 20 anos de idade, cinco deles eram solteiros e dois casados. Vinte e sete soldados tinham entre 21 e 30 anos de idade; quatorze eram solteiros, doze casados e um viúvo. Dez soldados possuíam idade entre 31 e 40 anos de idade. Três deles eram solteiros e sete eram casados. Entre 41 e 50 anos existiam na colônia cinco soldados; um solteiro, três casados e um viúvo. Entre 51 e 60 anos de idade, havia somente dois soldados, um solteiro e outro casado (SANTA CATARINA, 1855: 10-11). Entre os soldados colonos, cinco eram carpinteiros, um era marceneiro, dois eram pedreiros, três eram oleiros, dois

² Publicado no periódico "O Cruzeiro do Sul", domingo, 25 de abril de 1858. Ano 1, n. 14, p. 2. Parte oficial. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

eram serradores, quatro eram alfaiates, um era sapateiro, dois eram ferreiros e um era barbeiro sangrador; os demais eram todos lavradores.

Em 1855 foram retirados da colônia quatorze soldados com quatorze pessoas da família, por terem completa negação à lavoura e despenderem em puro ócio os dias que eram dedicados aos trabalhos em seus sítios (SANTA CATARINA, 1856: 11).

Em 1859 a colônia possuía trinta e quatro soldados. Desses, vinte e nove eram casados, três eram solteiros e um era viúvo. Dezoito soldados tinham entre 21 e 30 anos de idade. Entre 31 e 40 anos de idade havia cinco soldados. Oito soldados tinham entre 41 e 50 anos de idade. Entre 51 e 60 anos apenas um soldado; e, entre 61 e 70 anos também somente um (SANTA CATARINA, 1860: 17).

O presidente da província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, em relatório referente ao ano de 1859, afirmou que estava convencido de que o trabalho dos colonos de Santa Thereza era muito acanhado e que naquela colônia reinava grande ociosidade (SANTA CATARINA, 1860: 18). Um ano depois, o mesmo presidente asseverou que as pessoas que compunham a colônia militar de Santa Thereza eram pouco dedicadas ao trabalho, o que não oferecia garantia da prosperidade regular da colônia (SANTA CATARINA, 1861: 10).

O diretor da colônia, João Francisco Barreto, encaminhou ao referido presidente de província o mapa do pessoal da colônia relativo ao ano de 1860. Desse documento é possível extrair as seguintes informações: dos vinte e cinco soldados da colônia, quinze possuíam entre 31 e 40 anos de idade, cinco entre 41 e 50 anos, quatro entre 51 e 60 anos e dois entre 61 e 70 anos de idade. No mesmo ano, de acordo com esse mapa, lá viviam cento e quinze pessoas. Dessas, cem eram provenientes da província de Santa Catarina, cinco de Pernambuco, duas da Bahia, uma de Minas Gerais, uma do Ceará, uma do Rio de Janeiro, duas do Rio Grande do Sul, uma do Maranhão, uma de Buenos Aires e uma de Portugal (este era um soldado e solteiro) (COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA, 1860).

Em 1861 a colônia militar de Santa Thereza possuía cento e vinte e cinco habitantes. Desses, vinte e oito eram soldados colonos. De todos os habitantes da colônia, cento e nove pessoas eram naturais da província de Santa Catarina, cinco de Pernambuco, dois da Bahia, um de Minas Gerais, um do Ceará, um do Rio de Janeiro, três do Rio Grande do Sul, um do Maranhão, um de Buenos Aires e um de Portugal.

Todas as pessoas vindas de outras províncias e países, sem exceção, eram solteiras e não possuíam familiares na colônia. Quanto à faixa etária dos moradores da colônia naquele ano: vinte e nove pessoas tinham entre 1 e 7 anos de idade; dezoito entre 8 e 12 anos; treze entre 13 e 20 anos; dezesseis entre 21 e 30 anos, dezessete entre 31 e 40 anos; doze entre 41 e 50 anos; três entre 51 e 60 anos; e, cinco entre 61 e 70 anos (COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA, 1860).

Em 1863, dos brasileiros livres que viviam na colônia, vinte e nove homens eram brancos, quarenta e cinco eram pardos e oito eram negros. Quanto às mulheres, trinta e duas eram brancas, trinta e seis pardas e quinze negras. Naquele ano havia seis escravos na colônia: dois homens e quatro mulheres. Um escravo e uma escrava tinham mais de 21 anos, os demais eram menores (SANTA CATARINA, 1863: 35).

No ano seguinte a colônia contava com cento e sessenta e quatro pessoas: oitenta e sete homens e setenta e sete mulheres. Eram livres cento e cinqüenta e oito pessoas, seis eram escravos. Dentre os livres, trinta e dois homens e vinte e nove mulheres eram brancos; eram pardos quarenta e um homens e trinta e oito mulheres; e, negros, doze homens e seis mulheres. Do total de livres, havia vinte e cinco casais e três viúvas, os demais (cento e cinco pessoas) eram solteiros (SANTA CATARINA, 1865: 29). Havia, em outubro de 1864, vinte e três soldados e sete adidos da Companhia de Inválidos (COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA, 1864a).

Em 1865 viviam na colônia vinte e quatro soldados e sete adidos da Companhia de Inválidos (COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA, 1865). Dois anos depois, conforme o mapa do pessoal da colônia militar (COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA, 1867), viviam lá vinte e dois soldados e quatro adidos da Companhia de Inválidos. Entretanto, nos últimos anos da década de 1870, a colônia contava com apenas nove soldados (COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA, 1878), ou pouco mais³.

A análise dessas informações proporcionará algum avanço no conhecimento da história dessa colônia. Baseado nesses dados infere-se que, a colônia, desde a sua fundação até o início da Guerra do Paraguai era composta especialmente por soldados jovens e naturais da província de Santa Catarina. A proporção de habitantes da colônia

³ Somente onze soldados viviam na colônia em 1879. COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA. Mapa mensal do pessoal da colônia militar de Santa Thereza do mês de março de 1879. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Acervo IHGSC.

que nasceram nesta província era maior que 80%. A faixa etária dos soldados que serviram na colônia durante os primeiros anos era distribuída da seguinte maneira: 52% dos soldados tinha entre 21 e 30 anos de idade; 20% dos soldados tinha entre 31 e 40 anos de idade; 14% dos soldados tinha entre 13 e 20 anos de idade; 10% tinha entre 41 e 50 anos; e, por fim, apenas 4% dos soldados tinha entre 51 e 60 anos. Em 1859, porém, a situação era um pouco diversa: 55% dos soldados tinha entre 21 e 30 anos; 24% tinha entre 41 e 50 anos; 15% tinha entre 31 e 40 anos; e, entre 51 e 60 anos, e entre 61 e 70 anos, cada faixa etária representava 3% dos soldados da colônia. No ano de 1860, 58% dos soldados tinha entre 31 e 40 anos de idade; 19% tinha entre 41 e 50 anos; 15% entre 51 e 60 anos; e, 8% dos soldados tinha entre 61 e 70 anos de idade.

Além disso, destaca-se também a quantidade de pardos e negros que serviram na colônia, durante esse período. Em 1863, por exemplo, 55% de todos os brasileiros livres que viviam na colônia eram pardos, 35% eram brancos e 10% eram negros.

Contudo, os documentos produzidos pelos oficiais da colônia e pelos presidentes de província propiciam outras informações a respeito dessas pessoas. Em 1868, por exemplo, o presidente da província de Santa Catarina afirmou que “quase nenhum progresso tem tido a colônia, e poucos poderá fazer enquanto não receber população conveniente e não for melhorada a péssima estrada pela qual se comunica com a capital” (SANTA CATARINA, 1868: 24). Criada com o intuito de povoar a estrada geral de Lages e facilitar, portanto, as relações da capital com o interior da província, o seu desenvolvimento, naquele período, ainda estava longe de corresponder ao que se esperava (SANTA CATARINA, 1868: 25).

Por estar nas margens de um caminho, a colônia também era composta de pessoas que transitavam pelos caminhos do interior do território brasileiro. Essa hipótese pode ser confirmada pelo fragmento de um ofício do diretor da colônia, escrito em 1864, no qual também fica evidente que havia engajamento voluntário:

Oferecendo-se me para ser engajado como colono de 3ª classe na colônia militar de minha direção, o paisano Manoel Chaves Machado, homem branco natural da Província do Paraná, casado com dois filhos, o qual tendo residido no distrito da colônia com consentimento meu a dois para três meses, tenho desde então conhecido bom comportamento e atividade para o serviço: venho pois a V. Ex.^a para que se sirva autorizar-me para admitir e à sua família ao dito engajamento na forma estabelecida no regulamento da colônia (COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA, 1864b).

Conhecida a origem de alguns soldados que trabalhavam na colônia de Santa Thereza, destacarei a partir de agora a descrição desses soldados, baseado na documentação produzida pelos oficiais da colônia. A opinião desses oficiais a respeito dos soldados torna clara a diferença social existente entre esses dois grupos no interior do Exército brasileiro: de um lado os oficiais brancos procedentes das camadas médias da sociedade e, de outro, os soldados, na maior parte pardos e negros, vindos das camadas mais pobres da sociedade. Quanto aos oficiais do exército, o historiador Ricardo Salles esclarece que,

o acesso ao oficialato, entretanto, ainda que consideravelmente ampliado, não se estendeu ao conjunto da população que teoricamente gozaria das prerrogativas da cidadania. Além dos escravos forros, permaneceu sem muitas possibilidades de chegar ao oficialato o grosso da tropa, composto por negros, mulatos e brancos das camadas pobres e marginalizados da população (SALLES, 1990: 137).

É recorrente nos relatórios dos diretores da colônia, bem como dos presidentes de província, reclamações quanto à qualidade dos soldados selecionados para servirem na colônia. O diretor da colônia, João Francisco Barreto, em um dos seus relatórios declarava que:

Não são esses os colonos que convém, e nem os de que trata o Regulamento, que diz: os colonos de 1ª Classe serão tirados das praças efetivas do Exército, que tenham pelo menos três anos de serviço militar, sendo bem morigerados, preferindo-se os que requerem, e de entre eles os casados. – Os que vieram além de lhes faltar morigeração, por serem pela maior parte dados a bebida, e relaxados, só um deles é casado, e com uma mulher insuportável pelo mesmo defeito da embriagues. [...] os óbitos foram provenientes de um suicídio de um homem idoso por meio de braço em sua própria casa, de uma mulher assassinada por seu próprio marido, que por isso se acha preso na cabeça da comarca, de uma mulher por decrepitude (COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA, 1863).

Os ofícios que acompanhavam a retirada de soldados da colônia geralmente enfatizavam as más qualidades desses homens. A redação desses documentos buscava justificar ao presidente da província a decisão do diretor da colônia. A embriaguez, conforme essas fontes atestam, era a principal característica dos soldados que viviam em Santa Thereza. Dois ofícios do mês de março de 1864 são exemplares:

Faço seguir a apresentar-se a esse Governo afim de ser recolhido a Companhia de Inválidos a que pertence, o soldado Luiz Francisco de Carvalho por incorrigível vicioso da bebida aguardente, que é a causa primordial da invalidez em que caiu, o que se conhece logo a o encerrar para ele. Doente como em verdade o é, e em constante embriagues, para o que faltando-lhe dinheiro, vende a roupa, e até o próprio mantimento que recebe

para o tempo determinado, e reduz-se ao estado de fraqueza e nudez do mais indigente e miserável mendigo. Ao homem tal se lhe não pode confiar trabalho, ou serviço de qualidade alguma, porque de nada dá conta: assim pois desejando, eu, estancar na Colônia quando for possível as fontes de imoralidade, da qual a embriaguez é a sua mais poderosa aliada, o retiro do lugar onde só serve de meato para estender-se mais um comércio que acabo de restringir; falo da aguardente. Nada há que possa aproveitar a esse desgraçado soldado porque nele a aguardente tem produzido uma segunda natureza. É até miraculoso o ter-se conservado em corpo regular como o Batalhão 12 um indivíduo tal sem que os castigos o tivessem levado a melhor vida (COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA, 1864c).

Vindo comigo o soldado Mareanno Pereira d'Oliveira, o qual sendo da mesma condição do camarada Luiz Francisco de Carvalho, que ultimamente o fiz voltar a Companhia a que pertence, por ébrio e incapaz de todo e qualquer serviço, mandei-o apresentar ao Comandante da respectiva Companhia de Inválidos (COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA, 1864d).

Outros documentos da colônia demonstram a mesma atitude dos diretores. A justificativa de retirada dos soldados, na maior parte das vezes, era construída com argumentos que depreciavam a conduta desses homens. Seguem outros dois exemplos. O primeiro, do ano de 1857 e, o segundo, do ano de 1864:

Faço seguir nesta data para essa Capital apresentarem-se à V. Ex.^a acompanhadas de suas guias aqui inclusas cinco praças que faziam parte do número das desta Colônia de onde ficaram desligadas por não serem trabalhadores e terem mau comportamento; das ditas cinco praças, tem duas que pertenceram ao Batalhão do Depósito aí existente de onde vieram com passagem para esta Colônia; e três pertenciam ao Exército, e se achavam adidas a Companhia de Inválidos desta Província, de onde também passaram para a dita Colônia (COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA, 1857a).

Foram retirados da colônia onde se acharam empregados e adidos para a Companhia de Inválidos a que pertenciam dois soldados por serem de má conduta e inteiramente inválidos pelo continuado vício de embriaguez pelo que nenhum serviço podiam prestar (COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA, 1864e).

Os diretores frequentemente relacionavam os baixos índices de desenvolvimento da colônia com a má qualidade dos soldados. Os oficiais queixavam-se da índole preguiçosa e dos hábitos viciosos dos soldados. Em meados de 1864, o diretor da colônia, João Francisco Barreto, afirmava que:

[...] corre-me o dever como diretor de chamar a atenção da V. Ex.^a para depauperante estado em que se tem deixado declinar o estabelecimento a falta de remessa de colonos laborantes que possam dar incremento à colônia, que a ter sido munida em sua criação dos indivíduos que determina o Decreto n. 2125 de 13 de março de 1858, que aprova o Regulamento desta, ela, hoje teria atingido ao ponto que teve em vistas o Governo Imperial [...] Ordenando o Regulamento – Cap. 3º Art. 21 – que os colonos da 1ª classe fossem tirados das praças do Exército que tivessem pelo menos 3 anos de praça, bem morigerados, e preferindo-se dentre eles os casados: mandou-se para o Estabelecimento gente da extinta Companhia de Pedestres já perdida

nos vícios, e sem disciplina, sem hábito algum bom, e da de Inválidos também praças cansados, sem futuro, e igualmente viciosos e habituados à inércia da tarimba do quartel e freqüência das tabernas, os quais pela maior parte solteiros, ao depois de cá estarem algum tempo foram obrigados por ordem superior a casarem-se ou a serem retirados da colônia.

Em virtude disso saíram à busca de melhor, e quais poderiam achar homens de tal natureza mulheres da rua, libertas que já haviam sido escravas, faltas de moralidade, infieis e crapulosas. Com tais famílias, e sem um sacerdote honesto, que pelo lado da consciência e temor de Deus ou foi esse encaminhar nas vias religiosas e sociais, para que deixassem de ser o que eram, e para que entrassem a ser o que deviam, não era possível esperar delas o amor ao trabalho, a concórdia e harmonia marital, e apego a gleba que generosamente lhes faculto o paternal Governo de Sua Majestade o Imperador, mediante as brandas condições do Regulamento colonial: pela condição de semelhante gente não tem havido estabilidade, e logo que concluem o tempo de serviço, e são escusos, a falta de vencimentos que os mantenham, e não tendo coragem para viver do próprio trabalho se retiram da colônia.

[...]

Ainda mais encareço a V. Ex^a. o envio de praças para o estado completo da colônia, nas condições determinadas pelo Regulamento, afim de poder-se manter a polícia do lugar, e acudir aos trabalhos do estabelecimento; visto que das 23 praças que apresenta o mapa, 10 são inválidos que se não podem contar com eles para serviço algum regular (COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA, 1864f).

A falta de um sacerdote na colônia também justificava o atraso de seu desenvolvimento. Para os diretores da colônia, os maus hábitos dos soldados e de seus familiares só poderiam ser minimizados com a presença de um sacerdote da igreja católica. A religião, portanto, era uma das alternativas para a melhoria das pessoas que residiam em Santa Thereza. Isso pode ser constatado em um fragmento do ofício do diretor da colônia, João Francisco Barreto, de janeiro de 1864:

Os indivíduos, ou famílias que para aqui mandaram ao princípio foram os de pior qualidade, ou condição. Eu vim encontrar este estabelecimento como a antiga plebe romana, que [agitabant coumbia more foraram?] Uma parte de minha ocupação tem sido em acomodar questões de infelicidades, e por termo a [ratomicisse?] dessa gente sem religião nem educação civil e moral; e cujos filhos vão seguindo as pegadas dos pais na carreira dos maus hábitos e vícios, a falta da disciplina e máximas da igreja, se tivéssemos capelão, porque a este tudo isso incumbe o Regulamento da Colônia, como o ensino das primeiras letras, que lhes abre o caminho para o conhecimento da verdade (COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA, 1864g).

A opinião geral dos diretores a respeito da índole dos soldados da colônia militar de Santa Thereza ficou expressa no ofício do diretor da colônia João Xavier de Souza que, em 1857, relatou ao presidente da província a morte de um cavalo que pertencia ao Exército. Para o diretor, a morte daquele animal era explicada em razão da saída de quatro soldados da colônia. Seguem as palavras do referido diretor:

Ao amanhecer para o dia 15 de novembro próximo findo apareceu o cavalo madrinha pertencente a nação, morto no largo da Praça desta Colônia com hum grande rombo no vazio feito com faca grande, ou facão: fiz a diligência para descobrir quem foi o autor desse delito, e não houve quem me informasse disso: sem dúvida foi alguma das praças que se retiram da Colônia com passagem para a Guarnição dessa Capital, que é em quem eu suspeito por ter entre elas quatro que são malfazejos e muito capazes de praticar desses malefícios; talvez com o dia de se retirarem da Colônia foi que se atreveram a isso, por quanto não havendo ainda aqui perto da Colônia plantações em ponto dos animais comerem, e nem sendo esse animal chacareiro, e também duvidando eu que outra alguma praça isso fizesse, é de supor que fosse esse delito feito por algum dos quatro que suspeito; no entretanto que não pude saber quem foi o autor para ser punido (COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA, 1857b).

Mas, não eram somente os diretores da colônia que possuíam esse ponto de vista a respeito dos soldados. O médico da colônia corroborava a opinião dos diretores: "As condições da gente, de que é formado o estabelecimento, aos seus costumes anteriores nas cidades e povoações, atribuo eu as enfermidades havidas procedidas quase todas de mal sifilíticos" (COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA, 1856).

Essas informações fortalecem a hipótese de Peter M. Beattie, o qual afirma que, "à medida que o Brasil lentamente completava a transição do trabalho escravo para o livre entre 1850 e 1888, o serviço militar era identificado com a marginalidade e catividade" (BEATTIE, 2009: 37). Além disso, o mesmo autor presume que "o Exército era a instituição central no débil sistema de justiça penal brasileiro [...] Além de recrutar 'criminosos' e vadios, o Exército fazia o trabalho de polícia" (BEATTIE, 2009: 38).

Além desses julgamentos, é possível, ainda, com o estudo da documentação existente, conhecer algumas trajetórias de vida por meio das anotações referentes à carreira profissional de alguns soldados que viviam na colônia⁴, como por exemplo, a do soldado José Joaquim de Oliveira. As informações levantadas não são numerosas, mas são suficientes para se conhecer melhor as condições de vida dos soldados do Exército brasileiro durante o século XIX.

O soldado colono José Joaquim de Oliveira vivia na colônia desde o dia 1º de janeiro de 1854. Ou seja, esse soldado foi um dos primeiros colonos a se estabelecerem na colônia. Era carpinteiro, solteiro e considerado inválido. Era fraco oficial de carpina e por sua avançada idade já não prestava serviço algum, contudo ainda fazia pequenas

⁴ As informações acerca desses soldados encontram-se em: COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA. Relação das praças e colonos da colônia militar Santa Thereza, em 21 de novembro de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Acervo IHGSC.

plantações. Em 1862 possuía 66 anos de idade. Serviu no Exército desde o ano de 1818 e, com o diretor da colônia João Francisco Barreto, participou da Campanha nos Campos de Pirajá, na província da Bahia, em 1823. Foi praça do Batalhão do Imperador e praça do 3º Batalhão de Caçadores, cujos oficiais aderiram à Sabinada, em 1837. No ano seguinte, quando as tropas da legalidade venceram a rebelião, dispersos os seus chefes, o governo daquela província mandou abrir nova praça a este soldado, assim como aos demais soldados do 3º Batalhão. Isso não levou em conta o tempo de serviço anterior. Em 1838 seguiu da Bahia para a província do Rio Grande do Sul, acompanhando esse Batalhão. Em 3 de maio de 1840 participou dos ataques no Taquary, em 13 de junho de 1841 no Passo de São Borja, e, em 22 de junho, no Banhado do Inhatium. Foi com passagem para a Companhia de Inválidos, sendo inspecionado em Porto Alegre, em 2 de dezembro de 1847 (COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA, 1862).

Em face da descrição dos soldados que serviram na colônia militar de Santa Thereza, elaborada principalmente pelos oficiais, é possível estabelecer relações mais seguras entre aqueles e os demais soldados do Exército brasileiro durante o século XIX. Além disso, os documentos selecionados neste artigo revelam, mesmo que do modo introdutório, características do serviço militar daquele período e, por conseguinte, traços importantes a respeito do mundo dos pobres livres no Brasil e sua interação com o Estado na segunda metade do século XIX.

Desse modo, a análise dos documentos oriundos da colônia militar de Santa Thereza, e principalmente aqueles que detalham o cotidiano dos soldados que trabalhavam na colônia, podem esclarecer aspectos importantes a respeito da composição do Exército brasileiro e as formas de recrutamento dos soldados. A concessão de terras, frequentemente encontrada na documentação da colônia, faz pensar a respeito do significado que a terra tinha para essas camadas mais humildes da população brasileira que serviram no Exército. Acredita-se que a promessa de concessão de terra para os soldados tenha sido o primeiro grande comprometimento governamental de distribuição de terras entre os brasileiros de origem humilde (BEATTIE, 2009: 79).

Uma das possibilidades de interpretação da composição do Exército e, por comparação, da colônia militar de Santa Thereza, pode ser realizada através da análise da forma de recrutamento desses soldados. Para a professora Wilma Peres Costa, o

recrutamento se configurava, desde o período colonial e ao longo do século XIX, “numa verdadeira caçada humana, da qual a população trabalhadora livre fugia como horror” (COSTA, 1996: 58) Para a mesma autora, “por meio das várias formas de recrutamento desenvolvidas durante a guerra [do Paraguai], o exército, cujos efetivos eram até então exíguos, se abriu para diferentes camadas da população, majoritariamente para os setores populares e para grande número de libertos” (COSTA, 1996: 272).

Conforme Samuel Guimarães da Costa, desde o período colonial, “o recrutamento só atingia a gente menos favorecida da sociedade e que não tendo para quem apelar fugia para os matos; muitos jovens deixavam assim as suas casas e atividades, outros se mutilam de maneira a se tornarem incapacitados para o serviço das armas” (DA COSTA, 1957: 96-97). Para o autor, o Exército brasileiro se estruturava com base eminentemente popular.

Neste sentido, o historiador Ricardo Salles esclarece que, durante o século XIX, e principalmente na segunda metade do século, havia “um grande contingente populacional livre, não utilizado no setor principal da produção, sem grande poder de barganha política e social e, conseqüentemente, disponível para ser recrutado” (SALLES, 1990: 77). Essa população livre era majoritariamente negra ou mestiça. De acordo com esse autor, essas pessoas, “nas cidades, formavam uma multidão de prestadores de pequenos serviços, biscateiros, pequenos comerciantes e artesãos, desocupados, vagabundos e mendigos, marginalizados do processo produtivo principal e do sistema administrativo” (SALLES, 1990: 79). Era, portanto, “nessas camadas da população que se efetuava o recrutamento para as forças militares”, e “este era visto como uma degradação social: um indivíduo recrutado era considerado uma espécie de pária na sociedade” (SALLES, 1990: 80).

Finalmente, é importante atentar-se para o fato de que esses soldados eram trabalhadores do Estado e praticavam um ofício. Peter M. Beattie ressalva que “os estudiosos raramente examinam os soldados sob a rubrica de trabalhadores, e tampouco comparam o trabalho forçado realizado por muito soldados a outras formas de trabalho compulsório como escravidão, servidão por contrato, servidão, e peonagem por dívida” (BEATTIE, 2009: 196). Sendo assim, mesmo que de forma introdutória e parcial, é possível arriscar uma resposta para a pergunta elaborada no início deste texto. As pessoas que gritavam “quem-vem-la?”, conforme os documentos utilizados neste

trabalho eram soldados vindos das camadas mais pobres da população brasileira livre, pardos e brancos, especialmente da província de Santa Catarina.

Referências

AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858). Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

BEATTIE, Peter M. *Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945*. Trad. Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BRASIL. Ministério da Guerra. Ministro Jeronymo Francisco Coelho. Relatório do ano de 1857 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão da 10ª legislatura. Publicado em 1858. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2202/000048.html>>. Acesso em: 7 nov. 2010.

BRASIL. Ministério da Guerra. Ministro João José de Oliveira Junqueira. Relatório do ano de 1871 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 15ª legislatura. Publicado em 1872. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2213/000069.html>> Acesso em: 7 nov. 2010.

BRASIL. Ministério da Guerra. Ministro José Maria da Silva Paranhos. Relatório do ano de 1870 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 14ª legislatura. Publicado em 1871. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2211/000036.html>> Acesso em: 7 nov. 2010

BRASIL. Ministério do Império. Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. Relatório do ano de 1856 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 10ª legislatura. Publicado em 1857. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1729/000034.html>> Acesso em: 7 nov. 2010

COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA. Mapa anual do pessoal da colônia militar de Santa Thereza na margem direita do rio Itajaí, na estrada de Lages, pertencente ao ano de 1860. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Acervo do IHGSC.

COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA. Mapa anual do pessoal da colônia militar de Santa Thereza estabelecida na estrada de Lages, pertencente ao ano de 1861. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Acervo do IHGSC.

COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA. Mapa do pessoal da colônia militar Santa Thereza no mês de janeiro de 1865. João Francisco Barreto, coronel diretor. Acervo IHGSC.

COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA. Mapa do pessoal da colônia militar Santa Thereza do mês de agosto de 1867. João Francisco Barreto, coronel diretor. Acervo IHGSC.

COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA. Mapa do pessoal da colônia militar Santa Thereza do mês de setembro de 1878. Polycarpo Vieira da Cunha Brasil, tenente diretor. Acervo IHGSC.

COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA. Mapa mensal do pessoal da colônia militar de Santa Thereza, estabelecida na margem direita do rio Itajai, na estrada de Lages, no mês de outubro de 1864a. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Acervo do IHGSC.

COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA. Ofício ao presidente da província, Doutor Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, em 25 de outubro de 1864b. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Acervo IHGSC.

COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA. Ofício ao presidente da província, Doutor João José Coutinho, em 1º de dezembro de 1857a. João Xavier de Souza, capitão. Acervo IHGSC.

COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA. Ofício ao presidente da província, Doutor Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. Colônia militar de Santa Thereza, 2 de julho de 1864f. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Folhas 1 a 3. Acervo IHGSC.

COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA. Ofício ao presidente da província, Doutor João José Coutinho, em 3 de dezembro de 1857b. João Xavier de Souza, capitão. Acervo IHGSC.

COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA. Ofício ao presidente da província, Doutor João José Coutinho, em 1º de janeiro de 1856. José Felix de Moraes, sargento cirurgião reformado. Acervo IHGSC.

COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA. Ofício ao presidente da província, Sr. Conselheiro Vicente Pires da Motta. Desterro, 16 de junho de 1862. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Acervo IHGSC.

COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA. Ofício ao vice-presidente da província, Sr. Francisco José d'Oliviera. Colônia militar de Santa Thereza, 5 de março de 1864c. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Acervo IHGSC.

COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA. Ofício ao vice-presidente da província, Sr. Francisco José d'Oliviera. Colônia militar de Santa Thereza, 20 de março de 1864d. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Acervo IHGSC.

COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA. Ofício ao vice-presidente da província, Sr. Francisco José d'Oliviera, em 4 de janeiro de 1864g. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Folhas 2 e 3. Acervo IHGSC.

COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA. Relatório da colônia militar de Santa Thereza, referente ao ano de 1863. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Acervo IHGSC.

COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA. Relatório dos serviços feitos na Colônia Militar Santa Thereza e alterações havidas na mesma colônia no mês de março de 1864e. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Acervo IHGSC.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec e Editora da Unicamp, 1996.

DA COSTA, Samuel Guimarães. *Formação democrática do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1957.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SANTA CATARINA. Falla que o presidente da província de Santa Catarina, Dr. João José Coutinho, dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial no ato de abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1856. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/943/000011.html>> Acesso em: 7 nov. 2010.

SANTA CATARINA. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, na sua sessão ordinária, e ao primeiro vice-presidente, comendador Francisco José de Oliveira, por ocasião de passar-lhe a administração o presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, no ano de 1868. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/955/000024.html>> Acesso em: 7 nov. 2010.

SANTA CATARINA. Relatório apresentado ao Primeiro vice-presidente da província, o comendador Francisco José d'Oliveira, pelo presidente Pedro Leitão da Cunha, em 19 de dezembro de 1863. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/950/000035.html>> Acesso em: 7 nov. 2010.

SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina em 1º de março de 1855. João José Coutinho. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/942/000011.html>> Acesso em: 7 nov. 2010

SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araujo Brusque, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 1ª sessão da 10ª legislatura, 1860. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/947/000018.html>> Acesso em: 7 nov. 2010.

SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araujo Brusque, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 10ª legislatura, 1861. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/948/000010.html>> Acesso em: 7 nov. 2010.

SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, o Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 12ª legislatura, em 1º de março de 1865. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/952/000029.html>> Acesso em: 7 nov. 2010.